

**DIREITO, EFICIÊNCIA E TECNOLOGIA: A APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA LITIGÂNCIA DE MASSA CONTRA O PODER PÚBLICO****Sérgio Laguna Pereira<sup>1</sup>****RESUMO**

O artigo investiga a utilização da inteligência artificial (IA) na predição do resultado de disputas judiciais para otimizar a gestão de processos de massa e reduzir custos judiciais, focando na atuação da Advocacia Pública. O estudo se baseia na jurimetria para aplicar métodos quantitativos na análise de fenômenos jurídicos, utilizando IA para análise preditiva e estratégias de mitigação de litígios com políticas preventivas baseadas em dados. A metodologia emprega pesquisa bibliográfica e adota base lógico-investigativa no método indutivo. O desenvolvimento do artigo inclui a definição e aplicação da IA e jurimetria na prática jurídica, destacando modelos de aprendizado de máquina como regressão logística, árvores de decisão e redes neurais para prever tendências judiciais. Em seguida, também aborda a aplicação de IA em modelos de predição e estratégias para redução de litígios, focando na padronização de estratégias judiciais e prevenção de litígios através de análise de dados. As conclusões enfatizam a eficácia da IA em transformar a gestão do contencioso de massa, destacando a importância da inovação tecnológica para a eficiência da atuação judicial da Advocacia Pública, melhorando a alocação de recursos e a eficácia da atuação judicial, alinhada às necessidades do Poder Público e da sociedade.

**Palavras-chave:** Advocacia Pública; Inteligência Artificial; Jurimetria; Predição Jurídica.

**Artigo submetido em:** 20 de maio. 2024

**Aceito em:** 13 de setembro. 2024

**Coordenadora Editorial:**

Profa. Dra. Elizete Lanzoni Alves  
Escola Superior De Advocacia (ESA-OAB/SC), Santa Catarina.

**DOI:** <https://doi.org/10.37497/rev.jur.oab-sc.v4i00.32>

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Jurídica na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e pela *Escuela Internacional de Doctorado de la Universidad de Alicante* (UA), Espanha. Mestre em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Máster Universitario em *Derecho Ambiental y de la Sostenibilidad* pela *Universidad de Alicante*, Espanha. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Procurador do Estado de Santa Catarina. Email: laguna@pge.sc.gov.br

## ABSTRACT

*The article investigates the use of artificial intelligence (AI) in predicting the outcome of legal disputes to optimize the management of mass processes and reduce legal costs, focusing on the performance of State Advocacy. The study is based on jurimetrics to apply quantitative methods in the analysis of legal phenomena, using AI for predictive analysis and litigation mitigation strategies with data-based preventive policies. The methodology employs bibliographical research and adopts a logical-investigative basis in the inductive method. The development of the article includes the definition and application of AI and jurimetrics in legal practice, highlighting machine learning models such as logistic regression, decision trees and neural networks to predict judicial trends. Then, it also addresses the application of AI in prediction models and strategies for reducing litigation, focusing on the standardization of judicial strategies and prevention of litigation through data analysis. The conclusions emphasize the effectiveness of AI in transforming the management of mass litigation, highlighting the importance of technological innovation for the efficiency of the judicial performance of State Advocacy, improving the allocation of resources and the effectiveness of judicial action, aligned with the needs of the Public Administration and society.*

**Keywords:** *State Advocacy; Artificial intelligence; Jurimetry; Legal Prediction.*

## INTRODUÇÃO

No cenário jurídico atual, marcado pela complexidade e pelo elevado volume de litígios que envolvem o Poder Público, a necessidade de ferramentas inovadoras para o gerenciamento eficiente dessas demandas torna-se evidente. Questões repetitivas em áreas como direito tributário ou temas afetos a servidores públicos e direito à saúde frequentemente sobrecarregam a Advocacia Pública, desafiando sua capacidade de resposta e eficácia.

Diante dessa realidade, surge a jurimetria, ciência que utiliza métodos quantitativos para a análise de fenômenos jurídicos, aliada à inteligência artificial (IA) como estratégias potenciais para superar os obstáculos impostos pela massificação processual.

A importância da IA na análise preditiva dentro do contexto judicial não pode ser subestimada, particularmente quando consideramos o potencial para transformar significativamente a prática e a gestão do contencioso administrativo e judicial. A capacidade da IA de processar grandes volumes de dados e identificar padrões pode ser

decisiva na previsão de resultados de litígios e na consequente formulação de estratégias mais assertivas e econômicas para a atuação judicial.

Os desafios enfrentados pela Advocacia Pública no manejo de processos de massa são multifacetados, incluindo a sobrecarga do sistema judicial e o alto custo econômico associado à gestão desses processos. Essa realidade impõe a necessidade urgente de repensar o modo tradicional de enfrentamento desse enorme acervo de casos, o que não pode ocorrer apenas através de mera automatização. A implementação de soluções baseadas em IA não apenas pode reduzir o esforço e os recursos humanos e materiais necessários para essa atuação, como também otimizar a eficácia da defesa judicial, maximizando as vitórias judiciais do Poder Público.

O objetivo deste artigo é examinar como a IA pode auxiliar na predição de litígios e na tomada de decisões estratégicas que contribuam para a redução de custos e a otimização da gestão do contencioso público. Serão analisadas a aplicabilidade da jurimetria e da IA na predição de padrões e tendências em litígios, possibilitando uma abordagem proativa na resolução de disputas e na minimização de novas litigâncias.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de inovação na gestão pública e pelo potencial significativo de contribuição da tecnologia para a eficiência administrativa e judicial. Explorar essas tecnologias não é apenas uma questão de melhoria operacional, mas um imperativo estratégico para fortalecer a capacidade do Estado de gerir suas obrigações jurídicas de forma mais eficiente e econômica.

Recorrendo à pesquisa bibliográfica, o presente trabalho terá base lógico-investigativa apoiada no método indutivo (Pasold, 2018, p. 31, 43, 62 e 91).

## **1. Fundamentos de Inteligência Artificial e Jurimetria**

A IA tem assumido um papel relevante no aprimoramento de diversas áreas do conhecimento, e no campo jurídico não é diferente. A jurimetria, que aplica métodos quantitativos para a análise de fenômenos jurídicos, integra-se perfeitamente com as tecnologias de IA, especialmente em sua capacidade de realizar análises preditivas (Menezes; Barros, 2017, p. 45-52). Esta sinergia é particularmente valiosa para a Advocacia Pública, que enfrenta o desafio de gerir um grande volume de litígios de massa, envolvendo questões repetitivas e multifacetadas em diversas áreas.

A IA é definida como o ramo da ciência da computação que se dedica a desenvolver sistemas computacionais capazes de simular capacidades humanas como

aprender, raciocinar, resolver problemas, perceber, linguagem, entre outros (Peixoto, 2020, p. 17). No contexto jurídico, a IA pode ser aplicada através de algoritmos de *machine learning* e *deep learning*, que permitem a análise de grandes conjuntos de dados para identificar padrões e prever tendências em decisões judiciais (Menezes Neto, 2020, p. 12).

Esses sistemas de IA são alimentados por dados extensivos, e a Advocacia Pública possui uma vantagem relevante nesse aspecto, devido ao acesso facilitado a bancos de dados judiciais por meio de sistemas de gestão de processos que estão frequentemente integrados aos sistemas do Poder Judiciário, através do Modelo Nacional de Interoperabilidade (BRASIL, 2013). Essa integração permite uma coleta de dados mais robusta e sistemática, essencial para treinar modelos de IA com alta precisão.

A jurimetria faz uso de estatísticas para prever o resultado de processos judiciais. Ao integrar IA com jurimetria, os órgãos de Advocacia Pública podem desenvolver modelos que não apenas antecipem resultados, mas que também identifiquem as variáveis mais influentes em cada decisão. Isso permite uma atuação mais assertiva e menos reativa, focando em casos que requerem maior atenção ou que possam estabelecer precedentes importantes.

Embora o acesso a grandes volumes de dados judiciais seja um facilitador, a eficácia desses sistemas depende diretamente da qualidade e da integridade dos dados obtidos. Sistemas de gestão de processos judiciais devem ser capazes de garantir a atualização constante e a precisão das informações, o que representa um desafio técnico significativo. A padronização dos dados entre diferentes sistemas judiciais é outro ponto crítico que precisa ser abordado para maximizar a eficácia dos modelos preditivos.

Um dos principais desafios na aplicação de IA na jurimetria é a opacidade de alguns modelos de aprendizado de máquina, que muitas vezes são vistos como "caixas pretas" (Nunes; Andrade, 2023, p. 7-17). Isso pode gerar resistência por parte dos operadores do direito, que necessitam entender como as decisões são formadas. Assim, o desenvolvimento de modelos explicáveis é essencial para que os resultados obtidos sejam aceitos e utilizados de maneira eficaz. A explicabilidade dos modelos não só aumenta a confiança no uso da IA, como também assegura que os *insights* gerados possam ser utilizados para fundamentar estrategicamente as decisões de atuação da Advocacia Pública.

Ao equipar a Advocacia Pública com ferramentas avançadas de IA e jurimetria, é possível transformar a maneira como os litígios de massa são gerenciados,

promovendo uma atuação mais eficiente e econômica (Morais, 2021, p. 308-313). Além disso, a capacidade de prever e entender as tendências judiciais pode direcionar melhor as políticas públicas e a alocação de recursos, culminando em um serviço jurídico mais eficaz e responsivo às necessidades do Poder Público e da sociedade.

## **2. Análise de Dados e Modelos de Predição Jurídica em Contencioso de Massa**

Como destacado, a análise de dados e a aplicação de modelos de predição em litígios de massa representam uma fronteira promissora para a Advocacia Pública, que se vê confrontada com o desafio de gerenciar um volume crescente de processos judiciais, notadamente em temas repetitivos (Pieroni, 2023, p. 33-35). O acesso facilitado a extensos bancos de dados judiciais, possível através da integração entre sistemas de gestão de processos das procuradorias e os sistemas do Poder Judiciário (eProc, PJe, etc), através do Modelo Nacional de Interoperabilidade (Brasil, 2013), proporciona uma base promissora para o desenvolvimento e a implementação de soluções tecnológicas avançadas como a IA.

A utilização eficaz dessas tecnologias começa com uma compreensão clara dos tipos de dados disponíveis. Informações detalhadas sobre históricos de movimentação processual, decisões anteriores, natureza da litigância, partes envolvidas, e fundamentos legais aplicados são coletadas e analisadas. No entanto, a precisão das previsões e a eficácia dos modelos preditivos dependem diretamente da qualidade dos dados, que devem ser completos, corretos e atualizados. A integridade dos dados é crucial, pois dados incorretos ou desatualizados podem comprometer a eficácia das predições e, conseqüentemente, das conclusões sobre decisões judiciais baseadas nessas análises.

Na arena complexa dos litígios envolvendo o Poder Público, a implementação de modelos estatísticos e de aprendizado de máquina desempenha um papel transformador, aumentando significativamente a eficiência e a eficácia das práticas jurídicas administrativas. Esses modelos não apenas facilitam a previsão de resultados, mas também aprimoram o entendimento sobre os elementos que influenciam decisões judiciais.

A regressão logística, por exemplo, é uma ferramenta estatística tradicionalmente utilizada para modelar respostas binárias (Bertalan, 2020, p. 44), tais como a determinação de responsabilidade tributária ou a concessão de benefícios previdenciários em litígios de massa. Este modelo é valorizado por sua simplicidade e

transparência, permitindo aos advogados públicos identificar e quantificar os fatores que mais influenciam os desfechos dos casos. Na prática, a regressão logística poderia ser usada para analisar a probabilidade de sucesso em disputas tributárias com base em variáveis como o tipo de tributo, argumentos legais empregados, e características dos contribuintes envolvidos. Este modelo poderia ajudar a orientar se vale a pena insistir em determinadas teses jurídicas ou se é preferível seguir por outro caminho.

As árvores de decisão levam essa análise um passo adiante ao oferecerem uma representação visual e intuitiva de como diferentes critérios levam a diferentes resultados judiciais (Bertalan, 2020, p. 45-46). Por exemplo, uma árvore de decisão poderia ser utilizada para determinar a estratégia legal mais eficaz em disputas sobre a regulamentação ambiental, segmentando casos com base na legislação aplicável, na sensibilidade do ecossistema envolvido, e no impacto social estimado. Essa segmentação ajuda os advogados públicos a customizar suas abordagens de acordo com as características específicas de cada caso.

Ampliando as árvores de decisão, as florestas aleatórias utilizam múltiplas árvores para criar um modelo agregado que é menos suscetível a erros de um único modelo. Nos litígios que envolvem o Poder Público, as florestas aleatórias podem ser aplicadas para avaliar a variabilidade e a incerteza em casos de licitações públicas e contratos administrativos, onde muitas variáveis podem afetar o resultado. A utilização de múltiplas árvores reduz o risco de decisões baseadas em dados insuficientes ou anomalias; elas melhoram a precisão ao evitar o problema do *overfitting* (generalização pobre ou complexidade desnecessária), proporcionando previsões mais robustas e confiáveis (Breiman, 2001).

As redes neurais, por sua vez, oferecem capacidades avançadas de modelagem para contextos jurídicos onde as relações entre as variáveis são complexas e não lineares. Esses modelos podem identificar padrões ocultos e interações entre variáveis que são difíceis de detectar através de métodos estatísticos convencionais (Peixoto, 2020, p. 20). Esses modelos são especialmente úteis em contextos onde as relações entre as variáveis são intrincadas e difíceis de modelar com métodos mais simples. As redes neurais podem ser aplicadas para antecipar tendências em decisões judiciais, ajudando a prever não apenas os resultados dos litígios, mas também as nuances das decisões judiciais (Osório, 1999).

Por exemplo, redes neurais poderiam ser usadas para prever os resultados em litígios de massa relacionados a direitos sociais, como é o caso de fornecimento de

medicamentos e tratamentos médicos, analisando dados sobre decisões passadas, políticas governamentais e impactos sociais reportados. Essa capacidade de prever nuances nas decisões judiciais pode auxiliar a preparação de defesas mais eficazes e, até mesmo, transcendendo a esfera de atuação exclusiva da Advocacia Pública, projetar políticas públicas mais ajustadas.

Esses modelos de IA, desde a regressão logística até as redes neurais, demonstram o potencial de revolucionar a maneira como a Advocacia Pública aborda a preparação e gestão de casos, oferecendo ferramentas poderosas para navegar no complexo sistema jurídico com maior confiança e precisão estratégica.

Cada um desses modelos traz diferentes graus de precisão e explicabilidade, fundamentais para a confiança e eficácia de sua aplicação no âmbito jurídico (Peixoto, 2020, p. 28). Assim, a escolha do modelo apropriado depende das necessidades específicas de análise e do tipo de dados disponíveis, permitindo aos advogados públicos utilizar essas ferramentas avançadas para informar e orientar suas práticas judiciais de maneira mais estratégica e fundamentada.

A aplicação de IA não se limita apenas à predição de resultados, mas estende-se à formulação de estratégias proativas para a gestão do contencioso. Ao antecipar os resultados e entender as tendências dos litígios, a Advocacia Pública pode desenvolver abordagens mais eficientes e economicamente viáveis, reduzindo o volume de litígios e orientando a alocação de recursos de maneira mais eficaz. Portanto, ao incorporar a IA na análise de dados e modelos de predição para litígios de massa, a Advocacia Pública avança não só na modernização de suas operações, mas também na promoção de uma justiça mais ágil, sem o emprego de recursos protelatórios e desnecessários, e adaptada às demandas contemporâneas do direito público.

Não obstante, embora promissora, a IA no contexto da Advocacia Pública também levanta uma série de implicações éticas e desafios práticos que precisam ser cuidadosamente considerados. Primeiramente, o problema dos vieses algorítmicos é uma preocupação central (NUNES e MARQUES, 2018, p. 424; Peixoto, 2020, 26). Os algoritmos de IA, por mais avançados que sejam, dependem dos dados com os quais são treinados. Se esses dados refletirem práticas passadas de discriminação ou preconceitos existentes no sistema judicial, os modelos de IA podem perpetuar ou até amplificar essas injustiças, afetando adversamente a isonomia e a imparcialidade que são fundamentais para a distribuição da Justiça.

Além disso, a resistência dos usuários à adoção de tecnologias de IA é outro desafio significativo. Muitos profissionais do direito, e dentre eles advogados públicos, podem ver a IA como uma ameaça à sua prática profissional ou duvidar de sua capacidade de replicar o complexo processo de tomada de decisões judiciais (Susskind, 2023, p. 19-20). Essa resistência é frequentemente agravada pela falta de transparência de alguns modelos de IA, que operam como "caixas-pretas", onde as decisões são tomadas de maneira não explicável.

A capacitação dos usuários torna-se, portanto, imperativa. É necessário investir em treinamento para que os advogados públicos e outros operadores do direito entendam como interagir com a tecnologia, interpretar seus *outputs* e utilizar suas recomendações de maneira eficaz e ética. Isso envolve não apenas treinamento técnico, mas também uma conscientização sobre as limitações e potencialidades da IA (Susskind, 2023, p. 221-224).

Por fim, as dificuldades específicas do contexto da Administração Pública, como a burocracia e a necessidade de altos investimentos iniciais, não podem ser ignoradas. A implementação de sistemas de IA requer mudanças significativas na infraestrutura tecnológica e na gestão de dados, o que implica custos elevados e a necessidade de navegar por processos burocráticos muitas vezes lentos e complexos. Além disso, a sustentabilidade dessas iniciativas tecnológicas no longo prazo depende de um compromisso contínuo com a atualização e manutenção dos sistemas, um desafio em ambientes onde os recursos são frequentemente limitados.

Portanto, enquanto a IA promete transformar a gestão de litígios de massa e melhorar a eficiência da Advocacia Pública, é importante abordar essas questões éticas e práticas para garantir que sua implementação seja justa, eficaz e sustentável.

### **3. Aplicações Práticas da Predição Jurídica e Estratégias de Redução de Litígios**

A IA tem se destacado como uma ferramenta inovadora na transformação das práticas jurídicas, particularmente na Advocacia Pública. Seu uso na predição de litígios não apenas melhora a resposta aos desafios judiciais, mas também possibilita uma abordagem mais estratégica na prevenção de futuros litígios (Anaguchi, 2021 p. 68-73). A implementação de estratégias judiciais padronizadas e decisões estratégicas proativas para mitigar disputas emergentes são pilares fundamentais nesse processo.

O desenvolvimento de estratégias judiciais padronizadas envolve a criação de protocolos de atuação jurídica consistentemente aplicados em casos semelhantes. Com o suporte de modelos de IA que analisam históricos de decisões e tendências de julgamentos, é possível identificar padrões de sucesso que orientam a atuação dos procuradores e advogados públicos. Em áreas como direito tributário, por exemplo, a análise de dados pode indicar que certas abordagens legais ou argumentos são consistentemente mais eficazes. Essas descobertas permitem que a Advocacia Pública crie *templates* de peças processuais e diretrizes de atuação, maximizando as chances de sucesso e reduzindo a variabilidade nas decisões. A padronização não só economiza tempo dos procuradores, permitindo que eles se dediquem a questões mais complexas, mas também promove uma gestão mais eficiente e uniforme dos recursos jurídicos (SUSSKIND, 2023, p. 57-62).

Além disso, a prevenção de litígios se beneficia enormemente da capacidade preditiva da IA. A análise avançada de grandes volumes de dados permite identificar os tipos de casos que frequentemente evoluem para litígios e entender as causas subjacentes dessas disputas. Por exemplo, se uma análise revela que muitos litígios envolvendo direitos de servidores públicos decorrem de interpretações equivocadas ou da aplicação inconsistente de normativas, intervenções podem ser planejadas para clarificar ou uniformizar a aplicação dessas normas, mitigando assim a incidência de novos casos (Chehin e Martins, 2019, p. 68-71).

Essencialmente, a IA também pode guiar a Advocacia Pública a tratar todos os litigantes com isonomia, identificando discrepâncias ou inconsistências na aplicação da lei que poderiam levar a tratamentos desiguais. Ao mesmo tempo, ao evitar recursos judiciais protelatórios ou desnecessários, a Advocacia Pública não apenas age de forma mais justa com o cidadão, mas também reduz o ônus de sucumbência para o Poder Público e diminui o custo de manutenção e gestão dessas controvérsias. Reduzir litígios desnecessários e concentrar esforços em casos mais significativos reflete uma postura mais responsável e econômica, beneficiando tanto o Estado quanto os cidadãos.

Além disso, com a IA, a possibilidade de recomendar acordos ou reconhecer pedidos judiciais torna-se mais viável. Algoritmos podem avaliar a probabilidade de sucesso de um caso e sugerir a negociação como a melhor via de resolução quando as chances de vitória forem baixas ou o custo do litígio for desproporcional aos benefícios potenciais. Essa capacidade de fazer recomendações baseadas em dados ajuda a evitar a prolongação de disputas legais e a otimizar a gestão de casos.

Portanto, a aplicação da IA na Advocacia Pública é uma proposta promissora para revolucionar o tratamento de litígios. Ela não apenas otimiza recursos e melhora a eficiência das operações jurídicas, mas também assegura que as ações do Estado em seu papel de litigante sejam realizadas de maneira justa, eficaz e, acima de tudo, estratégica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se evidenciar o potencial transformador da IA na otimização da gestão de litígios de massa na Advocacia Pública. A análise preditiva, apoiada pela jurimetria, permite não apenas uma previsão eficaz dos resultados dos litígios, mas também a formulação de estratégias judiciais padronizadas que promovem uma atuação mais coesa e menos dispendiosa.

Através de modelos de aprendizado de máquina, como regressão logística, árvores de decisão e redes neurais, os órgãos de Advocacia Pública podem antecipar resultados de litígios e adaptar estratégias que previamente seriam definidas apenas no decorrer dos processos. Esses modelos fornecem uma base robusta para a tomada de decisões informadas, permitindo uma atuação proativa que vai além da mera reação aos desafios jurídicos apresentados.

Além de promover uma economia significativa de tempo e recursos, a padronização de estratégias judiciais utilizando IA também aborda a necessidade de tratar todos os litigantes com isonomia. A capacidade de analisar grandes volumes de dados judiciais com imparcialidade e precisão assegura que a Advocacia Pública promova tratamento processual semelhante a casos similares, evitando tratamentos desiguais e qualquer questionamento de impessoalidade.

Importante também é o papel da IA em mitigar a prática de recursos judiciais protelatórios. Ao identificar as tendências de sucesso ou fracasso nos litígios, a IA pode aconselhar contra a continuidade de ações judiciais com pouca chance de vitória, reduzindo custos e o tempo despendido em litígios desnecessariamente prolongados. Isso não apenas reduz o ônus de sucumbência para o Poder Público como também desonera o sistema judicial, permitindo que mais recursos sejam focados em casos com relevância substancial ou em ações que realmente necessitem de deliberação judicial.

A introdução de *templates* de peças processuais e diretrizes de atuação padronizadas, geradas a partir da análise de dados pela IA, economiza um tempo considerável dos procuradores e advogados públicos. Estes recursos permitem que os

profissionais concentrem seus esforços em aspectos mais complexos dos casos, ao invés de redigir repetidamente documentos semelhantes ou tomar decisões rotineiras que poderiam ser facilmente automatizadas.

Além disso, a IA oferece a possibilidade de identificar casos onde a negociação de acordos ou o reconhecimento de pedidos judiciais seja a abordagem mais aconselhável. Ao prever a viabilidade de sucessos litigiosos, a tecnologia pode sugerir soluções consensuais que não apenas resolvem disputas de forma eficiente, mas também promovem um relacionamento mais harmonioso entre o cidadão e o Estado.

Problematizou-se também, ao longo do desenvolvimento, questões éticas e práticas relevantes e que dificultam a implementação de soluções de IA no âmbito do Poder Público. Deve haver um cuidado especial com o risco de vieses nos dados, capazes de gerar distorções e informações equivocadas, o custo elevado de implementação e manutenção dessas soluções tecnológicas, bem como a curva de aprendizado e a dificuldade de aceitação dos operadores do direito em relação a seus resultados.

De todo modo, a integração da IA na Advocacia Pública representa uma revolução na maneira de gerir litígios de massa. A tecnologia não apenas simplifica a gestão dos processos, mas também realinha a atuação do Estado para práticas mais justas, econômicas e eficientes. A implementação de tais inovações tecnológicas, portanto, não só melhora a alocação de recursos e a eficácia da atuação do Poder Público em juízo, como também alinha essas ações às necessidades e expectativas tanto do Poder Público quanto da sociedade em geral, estabelecendo um novo paradigma para a modernização da Advocacia Pública.

## REFERÊNCIAS

ANAGUCHI, Alexandre Moreira de Souza. **Nova Advocacia Pública e Decisão Jurídica: Legalidade, Legitimidade e Atuação**. Curitiba: Juruá, 2021.

BERTALAN, Vithor Gomes Ferreira. **Usando métodos de processamento de linguagem natural para prever resultados judiciais** (Using natural language processing methods to predict judicial outcomes). Ribeirão Preto: USP, 2020. Disponível em [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59143/tde-04012021-232455/publico/Dissertacao\\_Vithor\\_Gomes\\_Bertalan\\_Revisada.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59143/tde-04012021-232455/publico/Dissertacao_Vithor_Gomes_Bertalan_Revisada.pdf) Acesso em 15 abr. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). **Resolução Conjunta nº 3**, de 16 de abril de 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1721> Acesso em: 15.04.2024.

BREIMAN, Leo. Random Forests. **Machine Learning**, 45, p. 5-32, 2001. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1010933404324> Acesso em 15 abr. 2024.

CHEHIN, Soraya Santucci; MARTINS, Ricardo Marcondes. Advocacia Pública: Advocacia de Estado e Advocacia de Governo. In: MOURÃO, Carlos Figueiredo; HIROSE, Regina Tamami. **Advocacia Pública Contemporânea: Desafios da defesa do Estado**. Belo Horizonte: Fórum, 2019. p. 51-77

MENEZES, Daniel; BARROS, Gisele Porto. **Breve análise sobre a jurimetria, os desafios para a sua implementação e as vantagens correspondentes**. Revista Duc In Altum Cadernos de Direito, vol. 9, nº19, p. 45-83, set.-dez. 2017.

MORAIS, Fausto Santo de. O uso da inteligência artificial na repercussão geral: desafios teóricos e éticos. **Revista de Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 100, p. 306-326, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/6001/pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024

NUNES, Dierle José Coelho; ANDRADE, Otávio Morato de. O uso da inteligência artificial explicável enquanto ferramenta para compreender decisões automatizadas: possível caminho para aumentar a legitimidade e confiabilidade dos modelos algorítmicos? **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, RS, v. 18, n. 1, e69329, 2023. ISSN 1981-3694. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1981369469329>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/69329> Acesso em: 15 abr. 2024.

NUNES, Dierle José Coelho; MARQUES, Ana Luiza. Inteligência artificial e direito processual: vieses algorítmicos e os riscos de atribuição de função decisória às máquinas. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 43, p. 421 – 447, nov. 2018.

OSÓRIO, Fernando. Redes Neurais - Aprendizado Artificial. **Forum de I.A.** [S.l.]. Disponível em: <http://osorio.wait4.org/oldsite/IForumIA/fia99.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: Teoria e Prática**. 14ed.rev. Florianópolis: Conceito Editorial, 2018.

PEIXOTO, Fabiano Hartmann. **Direito e inteligência artificial: referenciais básicos [livro eletrônico]: à resolução CNJ 332/2020**. Dr IA, Brasília, 2020.

PIERONI, Fabrizio. **A Autocomposição e o Novo Papel da Advocacia Pública na Era da Consensualidade Administrativa**. Curitiba: CRV, 2023.

SUSSKIND, Richard. **Advogados do Amanhã**. Trad. Valéria de Sousa Pinto. Florianópolis: Emais, 2023.